



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/005.192-2	RS2201900028902	03/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
227.455.640-72	JOSE CARLOS SACIOTO TADIELLO



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/32



RIO GRANDE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 02.016.439/0001-38 – NIRE 43300036138

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

I. DATA, HORA E LOCAL: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2018, às 07h10min (sete horas e dez minutos) na sede social da **RIO GRANDE ENERGIA S.A.** (“RGE” ou “Incorporada”), situada na Rua Mário de Boni, nº. 1902, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

II – CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social.

III – PRESENÇA: Compareceu à Assembleia Geral a acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no “Livro de Presença de Acionistas”.

IV – COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Presidente, Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto e Secretária: Sra. Thaíse Cristina Scarpini.

V - ORDEM DO DIA: Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a contratação “ad referendum” da KPMG Auditores Independentes como responsável pela elaboração do Laudo Contábil da RGE, descrito no item **(ii)** abaixo; **(ii)** o Laudo Contábil da RGE que apurou, na data base de 31 de outubro de 2018, um acervo líquido no montante de R\$ 1.939.691.398,18 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e oito reais e dezoito centavos); **(iii)** o “Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação (“Protocolo”)”, celebrado nesta data, em 31 de dezembro de 2018, entre as administrações das sociedades envolvidas na operação, a saber: RGE e RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (“RGE Sul” ou “Incorporadora”); e **(iv)** a Incorporação da RGE pela RGE Sul, nos termos do Protocolo, com a consequente extinção da RGE, assim como autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos complementares à referida incorporação.

VI - LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: **(1)** Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que é do inteiro conhecimento da acionista. **(2)** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura do acionista, nos termos do Art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente.





RIO GRANDE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 02.016.439/0001-38 – NIRE 43300036138

VII – DELIBERAÇÕES: Após a análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, a acionista deliberou:

(i) **aprovar** a contratação “ad referendum” da KPMG Auditores Independentes, com endereço na Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13024-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.755.217/0011-09 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade CRC-SP sob nº 2SP027612/O-4, como responsável pela elaboração do Laudo Contábil da RGE, descrito no item (ii) abaixo;

(ii) **aprovar** o Laudo Contábil correspondente aos ativos e passivos (“Acervo”), calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas da RGE na data de 31 de outubro de 2018, que apurou um acervo líquido no montante de R\$ 1.939.691.398,18 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e oito reais e dezoito centavos);

(iii) **aprovar** o Protocolo, em todos os seus termos e condições, o qual foi celebrado, nesta data, em 31 de dezembro de 2018, entre as administrações das sociedades envolvidas na operação, a saber: RGE e RGE Sul;

(iv) **aprovar, e declarar efetiva, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2019, a incorporação da RGE, nos termos do Protocolo, ficando registrado que, de acordo com item III do artigo 224, da Lei das S.A., a variação patrimonial do Acervo ocorrida entre a data base do Laudo de Avaliação (31/10/2018) e a data da efetivação da incorporação (31/12/2018), será incluída na RGE Sul, sendo refletida em contas de resultado quando aplicável, com contrapartida em contas patrimoniais. Em decorrência da incorporação, a RGE é extinta e sucedida pela RGE Sul, no que tange a todos os seus direitos e obrigações, independentemente de quaisquer outras formalidades, além das descritas em lei. Ficam autorizados os administradores da RGE a tomar todas as providências necessárias à efetivação e formalização da incorporação ora aprovada, especialmente aquelas referentes ao arquivamento, publicações dos atos societários e as averbações necessárias junto aos registros públicos competentes. Ademais, nos termos do disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 231 da Lei das S.A., será assegurado aos titulares de debêntures de emissão da RGE (Incorporada), durante o prazo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação, a ser realizada após o devido arquivamento na Junta Comercial competente, das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias da Incorporada e da Incorporadora, relativas à operação de Incorporação, o resgate das debêntures de que forem titulares.**

VIII – ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem. Caxias do Sul, 31 de dezembro





RIO GRANDE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 02.016.439/0001-38 – NIRE 43300036138

de 2018. Luis Henrique Ferreira Pinto (Presidente da Mesa), Thaíse Cristina Scarpini (Secretária), CPFL Energia S.A. (acionista representada por seus representantes legais Gustavo Estrella e Gustavo Pinto Gachineiro).

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em Livro Próprio de Assembleias Gerais

Luis Henrique Ferreira Pinto
Presidente da Mesa

Thaíse Cristina Scarpini
Secretária





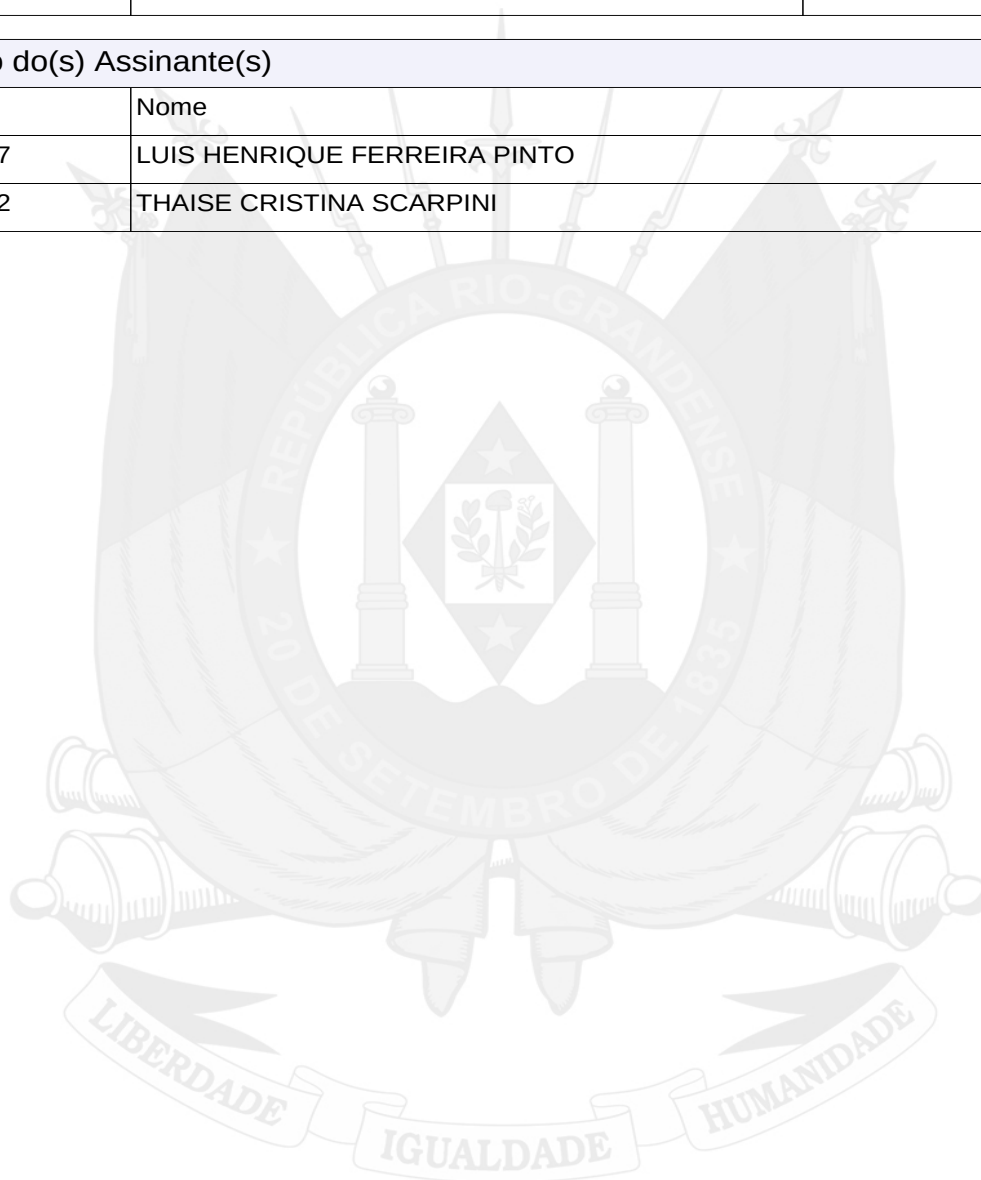
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/005.192-2	RS2201900028902	03/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
029.352.408-47	LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
351.387.198-82	THAISE CRISTINA SCARPINI





Rio Grande Energia S.A.

**Laudo de avaliação do patrimônio
líquido apurado por meio dos livros
contábeis da Rio Grande Energia S.A.
em
31 de outubro de 2018**

KPMG Auditores Independentes
Novembro de 2018
KPDS 400145



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.


CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
www.kpmg.com.br

Laudo de avaliação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis

Aos
Conselheiros e Diretores da
Rio Grande Energia S.A.
Campinas - SP

Dados da firma de auditoria

A KPMG Auditores Independentes, sociedade estabelecida na cidade de Campinas, na Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí - CEP: 13012-970, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 57.755.217/0011-09, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº. 2SP027612/O-4 representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Marcio José dos Santos, contador, portador do RG nº 27.984.383-5, inscrito no CPF sob o nº 253.206.858-23 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP252906/O-0, residente e domiciliado em Paulínia/SP com escritório no mesmo endereço da representada, nomeado pela administração da Rio Grande Energia S.A. ("Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de outubro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

1. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de outubro de 2018 da Rio Grande Energia S.A. tem por objetivo atender ao requerimento do § 2º do artigo 1.117 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 2012, e será utilizada como base para o processo de incorporação desse patrimônio líquido contábil pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

2



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/32

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 31 de outubro de 2018, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTA 20, aprovado pelo CFC, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

5. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.939.691.398,18 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e oito reais e dezoito centavos), conforme Balanço Patrimonial em 31 de outubro de 2018, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Rio Grande Energia S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

6. Em atendimento aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que:
 - a) de acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão acima descritos; e



- b) não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores da companhia com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Campinas, 23 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027612/F

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

4



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 10/32



Anexos





Anexo I

Acervo líquido formado pela totalidade dos ativos e passivos da Rio Grande de Energia S.A., para fins de incorporação, na data base de 31 de outubro de 2018.

(Em reais - R\$)

O acervo líquido a ser incorporado com anuência do órgão regulador (ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica), representado pela totalidade dos ativos e passivos da **Rio Grande de Energia S.A.**, na data base de 31 de outubro de 2018, estava assim composto:



Acervo Líquido Contábil da RGE - EM R\$ - Data Base	31/10/2018
ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	88.348.908,69
Consumidores, concessionárias e permissionárias	718.685.805,39
Tributos a compensar	85.531.095,65
Ativo financeiro setorial	324.966.044,76
Ativo financeiro da concessão	1.754.057.216,05
Depósitos judiciais	63.565.917,44
Derivativos	38.411.910,90
Créditos fiscais diferidos	70.927.991,03
Intangível	1.493.056.323,42
Outros ativos	90.965.653,22
Total do Ativo	4.728.516.866,55
PASSIVO	
Fornecedores	409.852.075,35
Empréstimos e financiamentos	981.334.711,84
Debêntures	949.170.007,43
Impostos, taxas e contribuições	106.369.101,84
Dividendo e juros sobre capital próprio	26.794.606,83
Encargos setoriais	123.509.270,22
Provisões para contingências	88.037.671,27
Outros passivos	103.758.023,59
Total do Passivo	2.788.825.468,37
ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL	1.939.691.398,18

Anexo II

Apresentação do acervo líquido formado pela totalidade dos ativos e passivos da Rio Grande de Energia S.A., para fins de incorporação, na data base de 31 de outubro de 2018.

Os saldos contábeis que compõem o acervo líquido da **Rio Grande de Energia S.A.** a ser incorporado com anuência do órgão regulador (ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica), conforme apresentado no **Anexo I**, foram mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As principais práticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia na mensuração destas contas são:

Base de mensuração

Os saldos contábeis que compõem o acervo líquido foram preparados tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

Os saldos contábeis que compõem o acervo líquido exigem que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

- Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).
- Provisões para contingências e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda, e as mudanças nos fluxos de caixa têm como contrapartida a conta de receita operacional.

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada

de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- (ii) Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- (iii) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia possui intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da

taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- (iv) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (v) Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado operacional para as variações da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão da Companhia, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão). Em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do serviço público de energia elétrica de prévia anuência para desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação dos bens depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa

futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento pelo desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos por competência em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. O plano é caracterizado como Plano de Contribuição Definida, cuja Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração da Companhia a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido e em compartida ao passivo no momento de sua deliberação mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07.

Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos até para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos.

José Carlos Saciloto Tadiello
Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS



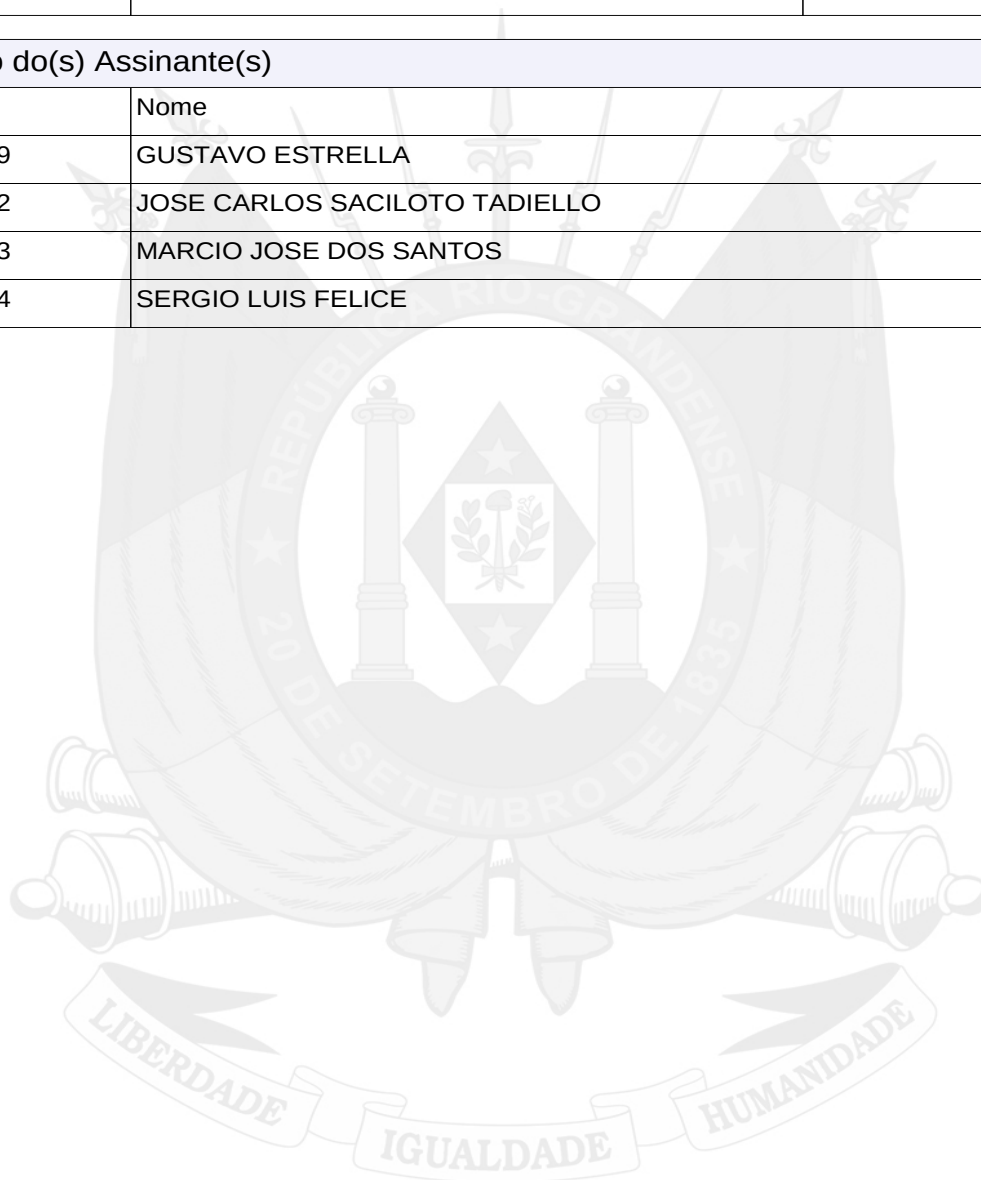
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/005.192-2	RS2201900028902	03/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
037.234.097-09	GUSTAVO ESTRELLA
227.455.640-72	JOSE CARLOS SACIOTO TADIELLO
253.206.858-23	MARCIO JOSE DOS SANTOS
119.410.838-54	SERGIO LUIS FELICE



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.


CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 23/32

PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E INSTRUMENTO DE JUSTIFICAÇÃO ENTRE

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

e

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, por seus respectivos representantes legais, têm entre si certo e ajustado celebrar o presente Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação (“Protocolo”), de acordo com os artigos 224 a 227 e 252 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”), bem como os artigos 1.116, 1.117 e 1.118 do Código Civil.

- a) **RIO GRANDE ENERGIA S.A.**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.016.439/0001-38, arquivada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS), sob o NIRE: 43.300.036.138, com sede Rua Mário de Boni, nº 1.902, CEP 95012-580, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“RGE” ou “Incorporada”);
- b) **RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, arquivada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) sob o NIRE 43.300.036.146, com sede na Avenida São Borja, nº 2.801, bairro Fazenda São Borja – CEP: 93032-525, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“RGE SUL” ou “Incorporadora”);

Sendo RGE e RGE SUL designadas em conjunto como “Partes” ou “Sociedades”;

1. JUSTIFICAÇÃO

CONSIDERANDO QUE o grupo econômico, do qual as Sociedades são partes, está realizando uma reestruturação societária a fim de permitir a melhoria da sinergia entre as sociedades integrantes do Grupo;

CONSIDERANDO QUE a RGE e RGE SUL integram o mesmo grupo econômico, sendo: (i) que a RGE é subsidiária integral da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), sociedade por



ações, inscrita perante o CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.300.186.133, com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1.755, km 2,5, parte, bairro Parque São Quirino, uma sociedade que se dedica exclusivamente à gestão de participações societárias em empreendimentos de distribuição de energia, possibilitando a tomada de decisões adequadas a esse investimento;

CONSIDERANDO QUE a CPFL Energia possui 76,51% (setenta e seis vírgula cinquenta e um por cento) das ações ordinárias da RGE SUL, e que a subsidiária integral da CPFL Energia: CPFL Comercialização Brasil S.A., sociedade por ações, com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1.755, km 2,5, parte, bairro São Quirino, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.973.790/0001-42, arquivada na JUCESP sob o NIRE 35.300.312.716, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Brasil"), possui os outros 23,49% (vinte e três vírgula quarenta e nove por cento) das ações ordinárias da sociedade que será a incorporadora;

CONSIDERANDO QUE a CPFL Energia possui 100% (cem por cento) das ações da RGE.

1.1 As Partes entendem que a incorporação dos ativos e passivos da RGE ("Acervo") pela RGE SUL, passando a CPFL Energia a deter 89,01% (oitenta e nove vírgula zero um por cento) do capital social da RGE SUL e a CPFL Brasil a deter 10,99% (dez vírgula noventa e nove por cento) do capital social da RGE SUL, nos termos e condições deste Protocolo, se justifica na medida em que facilitará a implementação da nova governança pretendida para a gestão dos negócios do Grupo, no qual a Incorporadora e a Incorporada estão inseridos.

2. CAPITAL SOCIAL DA RGE E DA RGE SUL ANTES DA OPERAÇÃO DE INCORPORAÇÃO

2.1 Capital Social da RGE: O Capital Social subscrito e integralizado da RGE é de R\$ 1.223.349.663,19 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e dezenove centavos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 1.019.789.776 (um bilhão, dezenove milhões, setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, sendo estas detidas em sua totalidade pela acionista CPFL Energia.

2.2 Capital Social da RGE SUL: O Capital Social subscrito e integralizada da RGE SUL é de R\$ 1.495.084.206,07 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e seis reais e sete centavos), dividido em 526.451 (quinhentos e vinte e



seis mil, quatrocentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, sendo 76,51% (setenta e seis vírgula cinquenta e um por cento) das ações detidas pela CPFL Energia e 23,49% (vinte e três vírgula quarenta e nove por cento) das ações detidas pela CPFL Brasil.

3. INCORPORAÇÃO, AVALIAÇÃO E PATRIMÔNIO DA INCORPORADA

3.1 Data Base e Avaliação: O Acervo a ser incorporado da RGE foi avaliado com base em seu valor contábil, calculado com base no balanço patrimonial de 31 de outubro de 2018 (“Data Base”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Laudo de Avaliação do Acervo da RGE a ser vertido para a RGE SUL (“Laudo de Avaliação”), em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A. e no art. 1.117 do Código Civil, foi preparado pela empresa de avaliação independente KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade estabelecida na cidade de Campinas, na Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí - CEP: 13012-970, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 57.755.217/0011-09, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº. 2SP027612/O-4. O Acervo encontra-se descrito e caracterizado no Laudo de Avaliação (anexo I).

3.2 De acordo com a alínea III do Artigo 224 da Lei das S.A., a variação patrimonial do Acervo ocorrida entre a Data Base da operação e a data da efetivação da incorporação, será incluída na RGE SUL, sendo refletida em contas de resultado quando aplicável, com contrapartida em contas patrimoniais.

3.3 Acervo da Incorporada: O Acervo é avaliado no valor de R\$ 1.939.691.398,18 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e oito reais e dezoito centavos).

3.4 Extinção da RGE: Em decorrência da Incorporação e consequente transferência do Acervo da RGE para RGE SUL, haverá a extinção da RGE.

3.5 Aumento de Capital Social da RGE SUL: Em virtude da incorporação da RGE, o capital social da RGE SUL será aumentado em R\$ 1.293.022.299,00 (um bilhão, duzentos e noventa e três milhões, vinte e dois mil, duzentos e noventa e nove reais), com a emissão de 598.976 (quinhentas e noventa e oito mil, novecentas e setenta e seis) novas ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, totalmente integralizada e de titularidade da acionista CPFL Energia S.A., passando a totalidade do capital social de R\$ 1.495.084.206,07 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e seis reais e sete centavos), dividido em 526.451 (quinhentas e vinte e seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R\$



R\$ 2.788.106.505,07 (dois bilhões, setecentos e oitenta e oito milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinco reais e sete centavos), dividido em 1.125.427 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

4. AÇÕES DA INCORPORADORA, SUBSTITUIÇÃO DAS AÇÕES DETIDAS NA INCORPORADA, DIREITOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS

4.1 Relação de Substituição: Considerando que: (a) a RGE trata-se de uma sociedade por ações, sendo todas ações ordinárias e que a totalidade de suas ações são detidas exclusivamente pela CPFL Energia; e (b) o capital social da RGE Sul é detido pela CPFL Energia e pela CPFL Brasil; assim temos que, com a incorporação citada, o capital social da RGE SUL passará a ser detido pela CPFL Energia e pela CPFL Brasil, sendo as suas ações ordinárias detidas na seguinte proporção: 89,01% (oitenta e nove vírgula zero um por cento) de ações para a CPFL Energia S.A. e 10,99% (dez vírgula noventa e nove por cento) de ações para a CPFL Brasil.

4.2 Ausência de Avaliação dos patrimônios líquidos a preços de mercado, para fins do artigo 264 da Lei das S.A. Tendo em vista que a presente incorporação acarretará o aumento de capital social na RGE SUL e que tal aumento será realizado exclusivamente pela acionista CPFL Energia, não há que se falar em interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e direito de recesso. Sendo assim, temos, portanto, que não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei das S.A. Neste sentido, a CPFL Brasil renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição das novas ações, emitidas em decorrência da incorporação, as quais serão detidas exclusivamente pela CPFL Energia.

5. DEMAIS CONDIÇÕES APLICÁVEIS À INCORPORAÇÃO

5.1 Atos Societários: Serão realizadas Assembleia Geral Extraordinária da RGE e Assembleia Geral Extraordinária da RGE SUL para apreciação e deliberação a respeito da operação contemplada neste Protocolo, bem como as alterações devidas no Estatuto Social da RGE SUL.

5.2 Inexistência de Direito de Recesso: Conforme acima mencionado, não há que se falar em dissidência e exercício do direito de recesso de acionistas não controladores da RGE e da RGE SUL, de que tratam os artigos 136, inciso (ix) e 137 da Lei das S.A. e artigo 1.077 do Código Civil.



5.3 Sucessão: A RGE SUL, na qualidade de Incorporadora, sucederá a RGE, sociedade Incorporada, em seus direitos e obrigações, incluindo-se imóveis, contratos e todo seu acervo em geral, nos termos dos artigos 227 e 232 da Lei das S.A. e artigo 1.116 do Código Civil.

5.4 Autorização: Uma vez aprovada a Incorporação da RGE (Incorporada) pela RGE Sul (Incorporadora), os Diretores da Incorporadora ficam responsáveis e autorizados a tomar as medidas necessárias para a implementação dos termos e condições pactuados neste Protocolo, nos termos da legislação aplicável.

5.5 Aprovação: O presente Protocolo contém as condições exigidas pela Lei das S.A. e pelo Código Civil para a proposta da Incorporação da RGE pela RGE SUL.

5.6. Resgate das Debêntures da Incorporada. Nos termos do disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 231 da Lei das S.A., será assegurado aos titulares de debêntures de emissão da Incorporada, durante o prazo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação, a ser realizada após o devido arquivamento na Junta Comercial competente, das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias da Incorporada e da Incorporadora, relativas à operação de Incorporação, o resgate das debêntures de que forem titulares.

5.7 Foro: Fica eleito o Foro da comarca de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Protocolo, com renúncia das Partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Sociedades firmam o presente Protocolo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Leopoldo /RS, 31 de dezembro de 2018

RIO GRANDE ENERGIA S.A.:

José Carlos Saciloto Tadiello
Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores



RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.:

José Carlos Saciloto Tadiello
Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Testemunhas:

1.) _____
Nome: Thaíse Cristina Scarpini
CPF: 351.387.198-82
RG: 43.502.823-6 SSP/SP

2.) _____
Nome: Paula Barretto Guerra
CPF: 085.149.166-96
RG: MG13928228 PC/MG





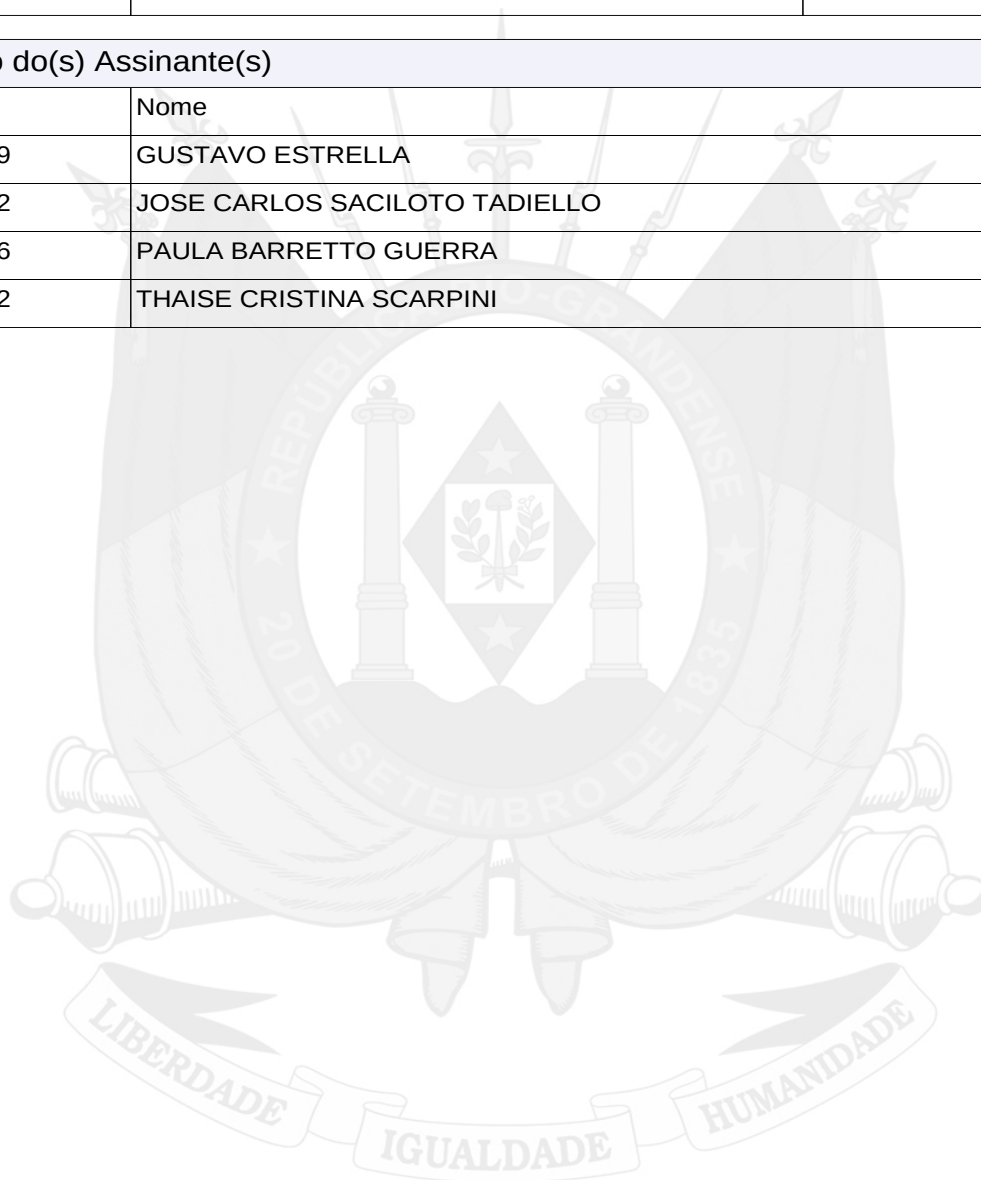
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/005.192-2	RS2201900028902	03/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
037.234.097-09	GUSTAVO ESTRELLA
227.455.640-72	JOSE CARLOS SACIOTO TADIELLO
085.149.166-96	PAULA BARRETTO GUERRA
351.387.198-82	THAISE CRISTINA SCARPINI



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL

pág. 30/32



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., de nire 4330003613-8 e protocolado sob o número 19/005.192-2 em 29/01/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 4970466, em 23/02/2019. O ato foi deferido digitalmente pela TURMA 7 TURMA 3 DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Cleverton Signor. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
227.455.640-72	JOSE CARLOS SACIOTO TADIELLO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
029.352.408-47	LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
351.387.198-82	THAISE CRISTINA SCARPINI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
227.455.640-72	JOSE CARLOS SACIOTO TADIELLO
037.234.097-09	GUSTAVO ESTRELLA
119.410.838-54	SERGIO LUIS FELICE
253.206.858-23	MARCIO JOSE DOS SANTOS

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
227.455.640-72	JOSE CARLOS SACIOTO TADIELLO
351.387.198-82	THAISE CRISTINA SCARPINI
085.149.166-96	PAULA BARRETTO GUERRA
037.234.097-09	GUSTAVO ESTRELLA

Porto Alegre. Sábado, 23 de Fevereiro de 2019



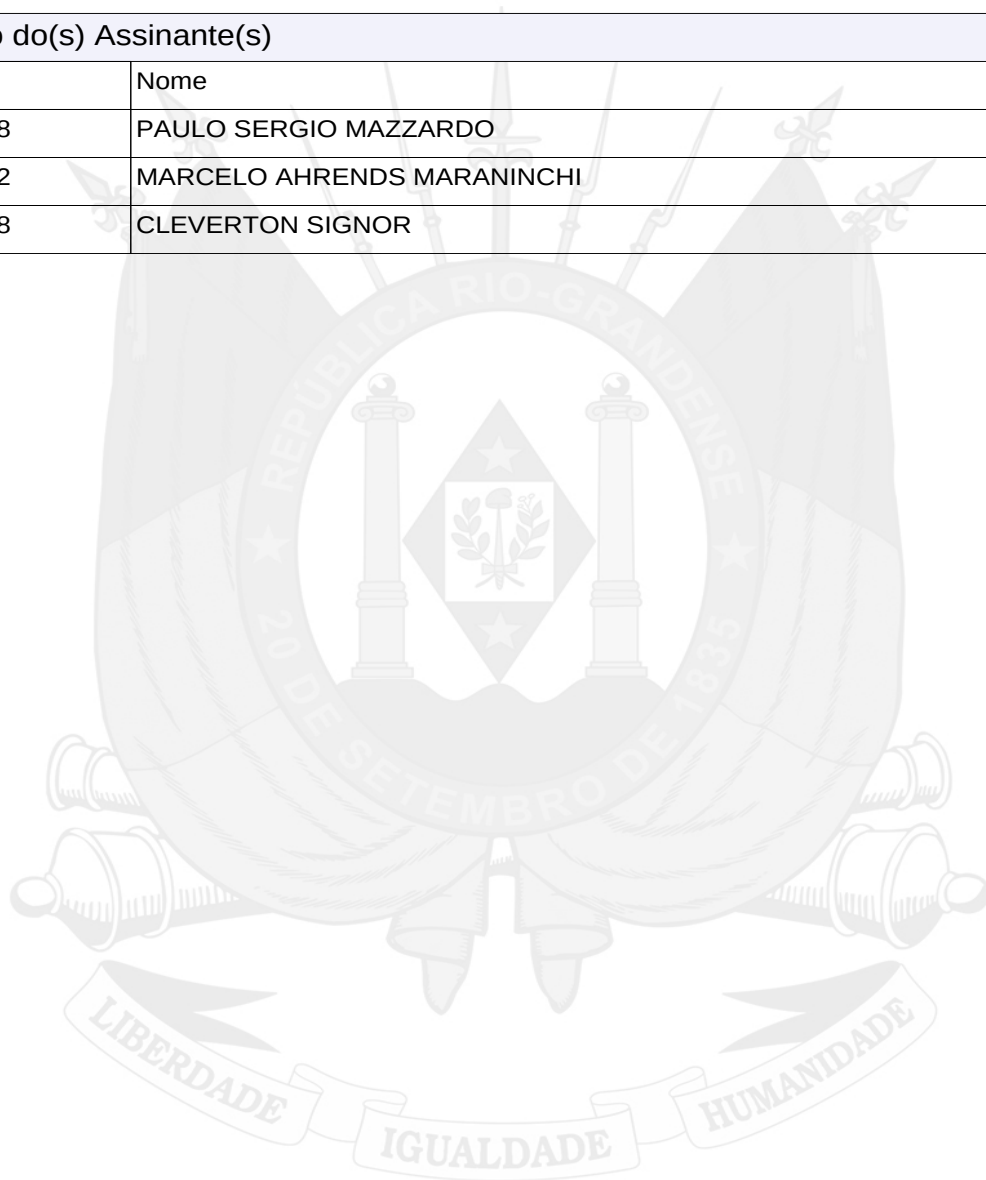


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
387.385.700-68	PAULO SERGIO MAZZARDO
936.057.140-72	MARCELO AHRENDTS MARANINCHI
592.682.630-68	CLEVERTON SIGNOR



Porto Alegre. Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4970466 em 23/02/2019 da Empresa RIO GRANDE ENERGIA S.A., Nire 43300036138 e protocolo 190051922 - 29/01/2019. Autenticação: 522DB2AECC7D31FD3FCBBFA4BEEC2A39B51544. Cleverton Signor - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 19/005.192-2 e o código de segurança fPLs Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Cleverton Signor – Secretário-Geral.

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO GERAL